

**Ata da Reunião Extraordinária do CIAMP Rua Curitiba – 27/02/2026**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de 2026, às 14:15h, na sala de reuniões do Conselho Regional de Psicologia do Paraná, reuniram-se, ordinariamente, os membros do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, onde estavam presentes: Elisangela Stüpp (FAS), Elessandra Guntner (SMDH), Maria Amelia Mendes (SMDH), Erika Ribeiro da Silva (CRP/PR), Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), Eduardo Guedes (PUC/PR), Leonildo José Monteiro Filho (MNPR-PR), Carlos Humberto dos Santos (MNPR-PR), Patrícia Vestergaard Dias (SMS), Julia de Oliveira Macedo (SMS), Alexandre Henrique dos Santos (Reviver), Débora Pradella (DPE-PR/NUCIDH), Paulo Alberto Bastos Jr. (Pastoral Povo da Rua), Amarilis Thomaz Mattei (SMSAN), Alexsandro Oliveira de Lima (FAS). A Coordenadora do CIAMP, Elisangela (FAS), deu início à reunião ordinária, se apresentando e propondo que todos os presentes se apresentassem, de modo que dessa forma ocorreu a apresentação de todos os presentes. Em seguida, Elisangela (FAS) passou a apresentação da pauta, a qual estava organizada em quatro pontos, quais sejam: **1.** Denúncias sobre suposta infestação de percevejos em equipamentos para a pop rua (DPE/PR); **2.** Debate sobre a Portaria Conjunta nº 2 - SMS, FAS, SMDH, de 19 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a atuação das equipes de saúde, de assistência social e demais equipes responsáveis por políticas públicas relacionadas ao cuidado integrado às pessoas com sofrimento psíquico decorrente ou não do uso abusivo de álcool e outras drogas com necessidade de internamento involuntário, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Município de Curitiba (DPE/PR); **3.** Protocolo de Internamento involuntário (PUC) e **4.** Abrigamento da Pop rua em casa da Cohab (PUC). Em seguida Leonildo José Monteiro Filho (MNPR-PR) apresentou questão de ordem, afirmando ter conhecimento de que o Município de Curitiba não aderiu ao Censo Estadual, e que o MNPR tem empregado esforços para que as pautas de Geração de Emprego, Renda e Moradia sejam observadas e implementadas com prioridade, e que o município de Curitiba deveria dar mais atenção a tais pautas e que inclusive o MNPR-PR já está mapeando os imóveis públicos vazios e subutilizados para que possam ser direcionados de modo a atender a pauta de moradia da população em situação de rua de Curitiba, e que o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, por meio do Governo Federal, estará implementando três programas em Curitiba, e que o município de Curitiba, por meio da FAS e COHAB, precisa integrar, não somente no que tange ao censo, mas há que haver orçamento para implementação de tais pautas. Em seguida, Elisangela (FAS), esclareceu que o município de Curitiba apresentou tratativas ao estado quanto ao censo, e que não se trata de negativa de adesão. Elisangela (FAS) apresentou a necessidade de se organizar o limite de duração das reuniões do CIAMP, propondo duração de duas horas, com base nas reuniões que ocorreram no ano de 2025. Leonildo se opõe à duração da reunião em apenas duas horas e que não valeira a pena o deslocamento para discutir pautas em apenas duas horas, visto que em outras esferas de discussões o tempo de reuniões é bem superior, chegando a quatro horas, e a depender da pauta já chegou a três dias de duração, Leonildo provoca os demais presentes para se manifestarem sobre a possibilidade de se estabelecer o tempo mínimo de quatro horas para duração das reuniões do CIAMP Municipal. Todos os

37 presentes decidiram continuar com o prazo de duas horas para as reuniões do CIAMP Municipal. Em  
38 seguida, Débora (DPE-PR) sugere juntar a pauta proposta pela DPE-PR com da PUC, tendo em vista  
39 tratem do mesmo assunto, sugestão aceita pelos presentes. Elisângela indaga aos presentes sobre pautas  
40 para a formação de Grupos de Trabalho (Emprego e Renda, Saúde e Moradia) e antes que os presentes se  
41 pronunciassem a respeito, Leonildo José Monteiro Filho (MNPR-PR) e Carlos Humberto dos Santos (MNPR-  
42 PR), deixaram a reunião, em protesto, demonstrando descontentamento em relação ao tempo estabelecido  
43 para a duração das reuniões do CIAMP, que será de duas horas, ambos deixando a sala de reunião às  
44 14:37h. Elisângela (FAS) retoma a pauta com questão de ordem para propor que a pauta relativa à COHAB,  
45 seja discutida em próxima reunião, em que haja representante da COHAB presente, tendo em vista ausência  
46 de representante da COHAB, avisada previamente, questão de ordem deliberada e aceita por todos os  
47 presentes. Abrindo o primeiro item da pauta, Débora (DPE-PR) cobrou a esclarecimentos da FAS sobre  
48 informações relativas à dedetização, se está sendo executado, se não, quando será implementado e se há  
49 previsão de licitação para troca de mobiliário de modo a erradicar a questão de infestação de percevejos  
50 nas unidades da FAS que atendem a população em situação de rua, por fim, quais providências a FAS está  
51 tomando em relação ao assunto. Elisângela(FAS) esclarece que as dedetizações estão sendo executadas  
52 nas unidades da FAS e seguem um cronograma com calendário próprio de forma continuada, com  
53 periodicidade entre 3 e 4 meses, e que a estão sendo substituídas as divisórias das unidades, bem como,  
54 que as camas e beliches das unidades já são de metais, mas estão sendo substituídos por camas e beliches  
55 com estrados de metal e que os membros do Conselho de Direitos Humanos estão visitando as unidades  
56 para monitorar o andamento dos trabalhos da FAS no combate à infestação de percevejos em suas  
57 unidades. Maria Amélia Mendes (SMDH) informou que houve visita do Conselho de Direitos Humanos no  
58 Hotel Santorini, porém não foi informada a respeito, o que impossibilitou o acompanhamento da visita por  
59 parte dela. Elisângela (FAS) esclareceu que recebeu o feedback das visitas e que desconhece  
60 intercorrências em tais visitas, porém informações detalhadas das visitas serão possíveis apenas após  
61 reunião plenária do Conselho de Direitos Humanos. Alexandre Henrique dos Santos (Reviver) questiona a  
62 eficácia da dedetização. Elisângela (FAS), reitera os esforços da FAS nessa questão, chamando a atenção  
63 para explicação de que a dedetização segue calendário com periodicidade. Alexandre Henrique dos Santos  
64 (Reviver), questiona a possibilidade de a sociedade civil acompanhar a periodicidade de tais dedetizações.  
65 Elisângela (FAS) esclarece que quanto ao calendário das dedetizações é possível verificar a informação  
66 junto à Diretoria Administrativa da FAS, podendo ser levada a informação na próxima reunião do CIAMP.  
67 Patrícia Vestergaard Dias (SMS), informou que a Secretaria Municipal de Saúde está elaborando documento  
68 informativo acerca de combate à infestação de percevejos, o documento contará com orientações de  
69 medidas profiláticas, inclusive detalhando a resistência do inseto, o qual pode sobreviver por até 12 meses  
70 sem alimento, em ambientes mais frios, e por fim esclareceu que a equipe do programa Consultório na Rua  
71 atua em conjunto com a FAS. Maria Amélia Mendes (SMDH) informou que conseguiu erradicar os percevejos  
72 do hotel Santorini, com uso de Vaporetto, a 90 graus de temperatura, explicando que o percevejo e seus

73 ovos não resistem a temperaturas acima 70 graus. Elisangela (FAS) esclarece que é procedimento padrão  
74 de todas as unidades da FAS voltadas ao atendimento de pessoas em situação de rua, o envio para lavagem  
75 de todas as roupas de cama, três vezes por semana, bem como de vestimentas pessoais dos atendidos,  
76 para aqueles que desejam, bem como que a limpeza das unidades é feita diariamente por equipe de limpeza  
77 terceirizada. Alexandre Henrique dos Santos (Reviver), questiona acerca do número de chuveiros  
78 disponíveis para uso dos atendidos. Elisangela esclarece que há número de chuveiros suficientes para todo  
79 os atendidos. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR) questiona a existência e investimento de recurso municipal  
80 suficiente para comprar camas e beliches. Elisangela (FAS) explica que há sim recurso municipal do FMAS,  
81 e que os beliches e camas já estão em processo de compra, tendo em vista que há pregão eletrônico vigente.  
82 Passando para o próximo assunto da pauta, que trata da Portaria Conjunta nº 02/2025(SMS, FAZ, SMDH),  
83 Débora (DPE-PR) explica que a Defensoria foi acionada pela sociedade civil e MNPR-PR, sendo agendada  
84 reunião com equipe do governo municipal de Curitiba para contribuições no tocante a modificações na  
85 portaria e inclusão da DPE-PR no fluxo das internações involuntárias. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), como  
86 primeiro ponto, lembra da reforma psiquiátrica no país e que o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial,  
87 defende a desinstitucionalização de pessoas com transtornos mentais, mesmo no caso daquelas sem  
88 probabilidade de retorno familiar, afirma ainda que o problema( de forma isolada) é a real intenção, que ao  
89 que parece não é a preocupação com a saúde da pessoa, mas sim a preocupação com a sociedade, de  
90 modo que o internamento involuntário seria uma resposta para a sociedade que questiona o fato dessas  
91 pessoas estarem nos logradouros públicos da cidade, Rodrigo demonstra preocupação com o conceito  
92 subjetivo para decidir pela internação involuntária de uma pessoa, que se utiliza de critérios insuficientes, e  
93 um fato que preocupa o Observatório de Direitos Humanos é quais técnicas a equipe da Prefeitura de  
94 Curitiba possui para implementar e executar eventual internação involuntária, e, como segundo ponto,  
95 Rodrigo questiona sobre o local que as pessoas estão sendo levadas, que tipo de espaço está sendo  
96 destinado para tal fim, e por fim, questiona para onde a pessoa é “devolvida” após sair do internamento  
97 involuntário. Paulo Alberto Bastos Jr. (Pastoral Povo da Rua), questionou acerca do quantitativo de pessoas  
98 internadas no município de Curitiba, na modalidade involuntária. Na sequência Alexandre Henrique dos  
99 Santos (Reviver), questionou sobre o quantitativo de vagas no serviço de saúde voltado à Rede de Atenção  
100 Psicossocial (RAPS). Patrícia Vestergaard Dias (SMS), explica que a equipe da secretaria municipal de  
101 saúde faz internamento compulsório e internamento involuntário há muito tempo, sempre com base na lei,  
102 e que para a equipe de saúde não se trata de novidade, esclarecendo que atualmente há dezenove pessoas  
103 em situação de rua internadas e que dessas, dezessete deram entrada via UPA, pois apresentavam quadro  
104 clínico favorável para tal, e que apenas dois casos foram internamentos involuntários de pessoas que  
105 estavam na rua e que após passarem por médico generalista, são encaminhadas para a Unidade de  
106 Estabilização Psiquiátrica, onde são atendidas e avaliadas por médicos psiquiátricos para se determinar  
107 para qual serviço de saúde serão encaminhados, com duração máxima de 90 dias, podendo ser  
108 encaminhados para CAPS, sempre com acompanhamento da equipe da RAPS, ou leito integral na Unidade

109 Integrada de Crise e Apoio à Vida (UNIICA) que atende Transtorno Mental e Dependência Química, ou no  
110 Hospital Psiquiátrico San Julian. Patrícia citou o caso da paciente Naila, internada involuntariamente, e após  
111 alta foi acompanhada em CAPS, foi possível retomar o vínculo familiar que estava quebrado há mais de 8  
112 anos, culminando no retorno familiar. Por fim, Patrícia ressaltou a importância da Portaria Conjunta nº  
113 02/2025 ao possibilitar a integração entre as pastas municipais no cuidado com a pessoa em momento de  
114 extrema vulnerabilidade de saúde. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), assevera que o fato de a pessoa estar em  
115 surto psiquiátrico, ao dar entrada na UPA, não é condição suficiente para ensejar o internamento involuntário,  
116 mas sim o risco real a si mesmo e a terceiros. Patrícia Vestergaard Dias (SMS) reforça que os médicos da  
117 UPA são generalistas, mas que na Unidade de Estabilização Psiquiátrica (UEP) a pessoa será avaliada por  
118 especialista, médico psiquiatra. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR), por sua vez, afirma que mesmo em se  
119 tratando de médico psiquiatra não há autorização, necessariamente, de internamento involuntário.  
120 Elisangela (FAS) explica que a lei autoriza o médico e que este não age ao arrepio da lei, visto que há  
121 responsabilidade médica, explica ainda que a FAS pode solicitar à equipe de saúde do município que avalie  
122 situações complexas de saúde envolvendo o público atendido pela FAS. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR) diz  
123 que a FAS se preocupa apenas em internar. Elisangela (FAS), explica que o foco da FAS não se resume a  
124 internamento, mas foca no cuidado das pessoas atendidas. Patrícia Vestergaard Dias (SMS) explica que a  
125 equipe do Consultório na Rua acompanha a FAS nos atendimentos e que o MP é cientificado por meio do  
126 Sistema Protege em até 72 horas sobre internamento involuntário. Alexandre Henrique dos Santos (Reviver)  
127 questiona se o número de vinte e dois internamentos involuntários são todos de pessoas em situação de  
128 rua. Elisangela (FAS) informa que será instituído o Comitê Intersetorial de Monitoramento e  
129 Acompanhamento da Pessoa em Situação de Vulnerabilidade Social (FAS, SMS e SMDH) com objetivo de  
130 monitorar a evolução dos casos de internamento involuntário de pessoas em situação de rua, de modo que  
131 após alta, se a pessoa aceitar o atendimento pela FAS, será encaminhada para unidades da FAS. Alexandre  
132 Henrique dos Santos (Reviver) questiona se a pessoa, após receber alta médica, será encaminhada para  
133 política de habitação do município de Curitiba, e como será o cuidado com o acompanhamento de saúde,  
134 expressando preocupação com o vínculo familiar do paciente. Patrícia Vestergaard Dias (SMS) explica que,  
135 se a pessoa, após receber alta médica, for acolhida em alguma unidade da FAS, será acompanhada pela  
136 equipe de saúde do município de Curitiba. Eduardo Guedes (PUC/PR) lembra que há que se ter muito  
137 cuidado com a violação de direitos dessas pessoas, de modo que a exceção não vire regra como está  
138 ocorrendo em outras cidades brasileiras onde se utiliza de tal expediente para violação de direitos das  
139 pessoas em situação de rua. Paulo Alberto Bastos Jr. (Pastoral Povo da Rua) comenta sobre a preocupação  
140 com o acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros, dos custos envolvidos nessas logísticas e  
141 se realmente há uma contrapartida real de resgate da cidadania das pessoas. Elisangela (FAS) explicou a  
142 dinâmica de atendimento das pessoas em situação de rua, sobretudo no que tange ao acolhimento, que  
143 deve ser pautado pela vontade e aceite, enfatiza que no caso de negativa por parte da pessoa, ela não deixa  
144 de ser acompanhada, visto que será acompanhada pelo CREAS ou Centro POP de referência. Débora

145 Pradella (DPE-PR) enfatiza a importância de acompanhar e fiscalizar o fluxo do internamento involuntário e  
146 que a política de habitação precisa estar presente, e, lembra que a portaria é direcionada para todos e não  
147 somente às pessoas em situação de rua, sugerindo convidar representante do setor de Saúde Mental da  
148 SMS para explanação sobre o tema em reunião do CIAMP. Alexandre Henrique dos Santos (Reviver)  
149 questiona se as pessoas em situação de rua foram consultadas sobre a instituição da Portaria Conjunta nº  
150 02/2025. Eduardo Guedes (PUC/PR) questiona, como garantir que a aplicação da Portaria Conjunta nº  
151 02/2025 não se transforme em violação de direitos como ocorre em outros municípios. Erika Ribeiro da Silva  
152 (CRP/PR), observa que as falas estão bem organizadas, mas que o fluxo do internamento involuntário não  
153 está claro o suficiente, como foi e será feita a abordagem e que o caso divulgado pela mídia foi importante  
154 para chamar a atenção, pois entende que há violação de direitos, sobretudo no que tange às filmagens  
155 realizadas e assevera que no que tange à continuidade de acompanhamento, não se deve atribuir o  
156 resultado apenas à vontade e aceite da pessoa atendida, sob pena de responsabilizar apenas a pessoa  
157 atendida por eventual resultado infrutífero. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR) sugere como encaminhamento que  
158 o assunto Internamento Involuntário seja pauta permanente nas reuniões do CIAMP, visto que é estudioso  
159 na área, sugere um momento com médico psiquiátrico em reunião do CIAMP para esclarecimentos à  
160 sociedade civil. Patrícia Vestergaard Dias (SMS) explica que as equipes do Consultório da Rua são novas e  
161 a preocupação e foco estão no cuidado e vínculo com o paciente, com atuação territorial e de  
162 acompanhamento das pessoas em situação de rua, de modo que a internação involuntária é sempre a última  
163 medida. Nessa esteira, Maria Amelia Mendes (SMDH) lembrou da existência dos colegiados que  
164 acompanham casos complexos de pessoas em situação de rua, importante trabalho prévio que vislumbra  
165 possibilidades de não internamento. Rodrigo Alvarenga (PUC/PR) demonstrou preocupação, pois pontua  
166 que no contexto da internação involuntária, pode ocorrer, como consequência, um encorajamento da  
167 sociedade em promover violência contra pessoas em situação de rua, culminando na retirada de seus  
168 pertences, com atuação da PM e GM, enfatizando que todas as ações devem ser pautadas por critérios  
169 técnicos. Elisângela (FAS) indaga os presentes sobre os encaminhamentos, sendo assim estabelecido:  
170 Internamento Involuntário como pauta permanente, com atenção as casos de internamento involuntário de  
171 pessoas em situação de rua, visitas de acompanhamento mensais de membros do CIAMP no espaços de  
172 internamento, estabelecida todas última sexta-feira do mês para reunião do CIAMP; Rodrigo Alvarenga cita  
173 a dificuldade de reunião das comissões dos grupos de trabalho, e para tanto propõe que as comissões de  
174 Saúde, Moradia, Emprego e Renda, se reúnam em horário reservado na reunião ordinária do CIAMP.  
175 Elisângela (FAS) propõe que na próxima reunião ordinária do CIAMP seja a apresentação da responsável  
176 pela Saúde Mental do município. Ficou estabelecido que a articulação das comissões se dará via aplicativo  
177 Whatsapp, assim como o agendamento com médico psiquiatra. Erika Ribeiro da Silva (CRP/PR) distribuiu  
178 cinco livros físicos aos presentes, com os temas Dignidade, Direito e Cidadania. Rodrigo Alvarenga  
179 (PUC/PR) pontuou que está há três anos participando do CIAMP e que neste interim já mudou três vezes a  
180 diretoria da DPSR e por conseguinte a coordenação do CIAMP, o que dificulta o prosseguimento das

**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES CONCERNENTES A POLÍTICA NACIONAL PARA A  
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – CURITIBA**

Rua Eduardo Sprada, 4520  
Campo Comprido  
81270-010 Curitiba-PR  
Tel.: 41 3350-7988  
ciamp@fas.curitiba.pr.gov.br

181 tratativas organizadas no âmbito do CIAMP e que espera que dessa vez possa haver mais engajamento.  
182 Elisangela (FAS) falou sobre o evento Registre-se que atenderá a população em situação de rua nos dias  
183 14, 15 e 16 de abril, na Praça Solidariedade, das 09h às 13h. Por fim, sem mais para o momento, Elisangela  
184 (FAS) encerrou a reunião, às 16:15h.